



# ENTRE A CRUZ E AS PALAVRAS: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos pernambucanos, 1821-1824.

BETWEEN THE CROSS AND THE WORD: religious writers and the propagation of political ideals in periodicals in Pernambuco, 1821-1824

Mário Fernandes Ramires

Mestrado em História

Universidade Federal do Estado de São Paulo  
professormariomfr@hotmail.com

**Recebido em:** 10/10/2017

**Aprovado em:** 24/08/2018

**Resumo:** Durante as primeiras décadas do século XIX, a província de Pernambuco, assim como outras províncias muito importantes do Brasil e demais regiões da América, experimentou a ascensão de uma cultura impressa, onde o debate acerca de assuntos antes reservados apenas aos letrados em espaços privados ganhou força no espaço público e atingiu outros grupos sociais, antes excluídos dessa discussão. Nesse período, diversos intelectuais e ilustrados, muitos dos quais membros da Igreja Católica, passaram a produzir periódicos e folhas impressas de forma geral, buscando expor seus pontos de vista e informar a sociedade acerca dos acontecimentos políticos da época, tratando de temas como: *independência, nação, pátria, constituição, república, monarquia*, entre outros. O presente artigo tem como objetivo realizar um levantamento biográfico e analisar a atuação desses religiosos como redatores e propagadores de ideais políticos, produtores e dirigentes de seus impressos, muitas vezes lidos em voz alta nas praças, boticas e cafés e que assumiram o papel didático em informar toda a população acerca dos acontecimentos políticos de então.

**Palavras-chave:** Imprensa Pernambucana, século XIX, Independência do Brasil, Cultura Impressa, Pernambuco, Religiosos e Imprensa.

**Abstract:** During the first decades of the nineteenth century, the province of Pernambuco, as in other important provinces in Brazil and regions of America, witnessed the rise of a print culture. As a result, debates around topics hitherto reserved for cultured persons in private spaces gained force in public space and reached other groups previously excluded from such discussion. In this period, diverse enlightened intellectuals, many of whom were members of the Catholic Church, began to produce periodicals and other printed texts in general, aiming to advance their point of view and inform society of political events in the epoch. These included themes such as independence, nation, country, constitution, republic and monarchy, among others. This article explores the biographies of these religious figures and analyzes them as writers and propagators of political ideas as well as producers and managers of printing presses. Such arguments were



often read out loud in squares, taverns and cafés, assuming a didactic role in informing the population about political events of the period.

**Keywords:** Press in Pernambuco, Nineteenth Century, Brazilian Independence, Print Culture, Pernambuco, Religious and the Press.

Quando pensamos no surgimento de uma cultura impressa na região de Pernambuco durante os acontecimentos que envolvem a independência política do Brasil, é importante que tenhamos em mente algumas questões. Em primeiro lugar, as decisões tomadas no centro administrativo do Império (fosse o Império de Portugal ou o já independente Império do Brasil) influenciaram os posicionamentos políticos dos dirigentes dos periódicos. Contudo, seus textos iam além das questões emanadas de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Eram comuns impressos com análises sobre a situação das demais províncias e das outras regiões do continente que se constituíam, naquele momento, como novas nações independentes. As características políticas e culturais que alguns anos mais tarde representariam, após certo amadurecimento, a *modernidade* na América Ibérica, fizeram com que surgissem novos espaços para um debate político que passou a ocorrer em locais públicos, por meio de impressos que, muitas vezes eram lidos em voz alta<sup>1</sup>. No âmbito privado, a prática da leitura também contribuiu para a propagação dos ideais que provinham de Portugal, França e Inglaterra e é destacada a existência de grupos de leitores e estudiosos em residências de pessoas que faziam parte da elite ilustrada do período.

Dentro dessa sociedade em transformação, com o surgimento de novas formas de sociabilidade, muitos religiosos membros da Igreja Católica se envolveram em importantes acontecimentos e atuaram de forma determinante. Nesse sentido, o presente artigo possui como objetivo apresentar a participação de religiosos que contribuíram para o advento de uma cultura impressa em Pernambuco, mais especificamente, na cidade do Recife, entre os anos de 1821 e 1824.

No que diz respeito ao momento de atuação desses redatores e dirigentes dos impressos, trata-se justamente do contexto em que as monarquias europeias foram fortemente abaladas pelas conquistas napoleônicas, ao passo que as colônias de Portugal e Espanha puderam, mais uma

---

<sup>1</sup> Conforme mostrado por François-Xavier Guerra, a modernidade que caracterizou o mundo ibérico constituiu um novo modelo político e social. Na política, o Antigo Regime foi questionado e sua concepção como modelo social foi substituída pelos ideais oriundos da Revolução Francesa e do liberalismo inglês. No âmbito social, as novas formas de sociabilidade, como as leituras de impressos e os debates políticos ocorridos nos espaços públicos, se tornavam cada vez mais frequentes. GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencia**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madri: MAPFRE, 2010. p. 85-112.



vez, experimentar os ideais da Revolução Francesa<sup>2</sup>. Sendo assim, nações independentes surgiram colocando fim ao Antigo Regime e formando governos constitucionais, quase em sua totalidade repúblicas. No caso do Brasil, se recriou um modelo monárquico de governo com a manutenção de certo vínculo com sua antiga metrópole. Além do que, o vasto Império do Brasil possuía uma difícil missão durante sua formação: preservar suas partes, por mais distantes que fossem, unidas e vinculadas ao poder central. Sobre essa questão, Jancsó e Pimenta (2000) apontam o caráter de mosaico da região que daria origem ao Império do Brasil, quando distintos projetos para a nação recém-independente eram elaborados.

Nessa sociedade que experimentava diversas transformações, a propagação de ideias por meio da palavra impressa se tornou uma importante arma de luta ideológica e é importante que tenhamos conhecimento da trajetória das pessoas responsáveis pela escrita dos textos e que fizeram seus ideais serem propagados nos espaços públicos, esquinas, cafés, boticas e diversas ruas comerciais que apresentavam grande fluxo de pessoas no Recife do primeiro quartel do século XIX. No total dos redatores e dirigentes desses periódicos, há que se destacar a participação de religiosos, sendo que dos impressos publicados na região, a maioria possuía como dirigente e/ou redator um membro da Igreja Católica, geralmente pessoas ilustradas e que atuavam como professores de diversas disciplinas nos seminários religiosos.

Os redatores dos periódicos aqui abordados e que pertenciam à Igreja Católica eram o Padre Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro* (1821-1822); Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que redigia o *Conciliador Nacional* (1822-1823); Padre José Marinho Falcão Padilha (Padre Quinela), dirigente de *O Maribondo* (1822); Padre Francisco Agostinho Gomes, que foi o primeiro redator do *Escudo da Liberdade do Brazil* (1823); Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, responsável por escrever o *Thyphis Pernambucano* (1823-1824), principal órgão propagador da Confederação do Equador e, finalmente, o Padre João Batista da Fonseca, ex-revolucionário de 1817, que redigia o periódico *O Liberal* (1823-1824).

No caso do primeiro membro da Igreja envolvido na produção de um periódico impresso em Pernambuco, trata-se do Padre Francisco Ferreira Barreto, responsável pela publicação do *Relator Verdadeiro*, que assim como o impresso *Aurora Pernambucana* (1821), possuía como

---

<sup>2</sup> A família real de Portugal, por exemplo, rumou para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1807 devido às invasões napoleônicas que estavam ocorrendo na Europa, destituindo várias monarquias e instaurando o domínio francês. Sobre Napoleão Bonaparte ver, entre outros, DUMAS, Alexandre. **Napoleão**: uma biografia literária. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Sobre a presença da Corte na cidade do Rio de Janeiro, ver: SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. É importante destacar que os ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo já haviam sido experimentados em outros movimentos políticos e sociais da colônia portuguesa, por exemplo na Inconfidência Mineira e na Conjuração Baiana, ocorridas no século anterior.



característica o vínculo ao projeto do governo central e da Junta de Governo de Pernambuco e, talvez por esse motivo, não tenha deixado transparecer quaisquer contestações ao projeto constitucional encabeçado por Lisboa.

Segundo Alfredo de Carvalho (1908, p. 65), o Padre Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro*, era orador sacro, poeta e polemista político e nunca fora devotado ao constitucionalismo: “sua defesa à causa da independência era feita com extremas cautelas em linguagem cuja moderação mais parecia timidez”. Na análise de Sodré (1977, p. 30), tratava-se de um “absolutista apaixonado” e, sabemos ainda que o Padre Francisco Ferreira Barreto exerceu diversos cargos importantes como membro da igreja<sup>3</sup>, além de participar de uma sociedade secreta denominada Colunas do Trono, fundada no ano de 1828 com a finalidade de restaurar a monarquia portuguesa no Brasil (LINDOSO, 2005, p. 55). Essas informações são importantes para atestar a relação existente entre o perfil ideológico dos redatores com as tendências políticas existentes então. No caso do *Relator Verdadeiro*, o dirigente não realizou críticas à monarquia nem às medidas que estavam sendo tomadas pelas Cortes de Lisboa. Também esse vínculo com um ideal mais conservador para o momento político vivido pode ter sido a causa de seu impresso provocar poucas, ou nenhuma polêmica, ao contrário da maioria dos impressos que foram contemporâneos a ele ou brevemente posteriores.

Os redatores estavam construindo um momento de franca transformação e buscavam, por meio de seus impressos, tornar possível a propagação dos acontecimentos que traziam inovação nos campos da política e da cultura, que apresentaram rupturas imediatas. A difusão da ilustração ibero-americana podia ser percebida tanto nos debates políticos abertos, publicados nos impressos, como em reuniões secretas, na circulação de livros e manuscritos proibidos e nas leituras coletivas. Na ótica das autoridades, essas práticas poderiam carregar consigo princípios que atentavam contra ordem pública. É interessante destacar que após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a proximidade física com os habitantes do Brasil possibilitou que as decisões sobre os rumos que o Império deveria tomar se tornassem assunto público. No entanto, o caso de Pernambuco era distinto do Rio de Janeiro, pois a província do Norte teve que arcar com taxas para a manutenção da Corte e não esteve de acordo com o modelo político centralizador representado por Dom Pedro I.

Outro exemplo de periódico dirigido por um membro da Igreja é *O Maribondo*, que assim como o *Conciliador Nacional*, pertence ao grupo que apresenta como característica o apoio ao

---

<sup>3</sup> **Literatura Digital.** Biblioteca de literaturas de língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=9235>>. Disponível em: 15 maio-2014.



projeto de independência encabeçado no Sul do Império do Brasil pelos Andradas. No entanto, as informações que possuímos sobre quem era responsável por sua publicação são controversas. Carvalho (1908, p.68) nos informa que a direção de *O Maribondo* estava a cargo do Padre José Marinho Falcão Padilha, que, além de ser religioso, era professor de retórica e de poética. O mesmo autor afirma que Falcão Padilha utilizava o pseudônimo Manoel Paulo Quintela (CARVALHO, 1908, p. 68) sendo essa a única assinatura do próprio redator encontrada entre os periódicos consultados em nossas pesquisas. Nesse caso, Frei Quintela, ou Padre Quintela, seria um apelido dado ao redator de *O Maribondo* por Frei Caneca. Nascido em Pernambuco no ano de 1787, Falcão Padilha viria a falecer em 1849, tendo sido:

[...] presbítero do habito de São Pedro, professor jubilado do liceu Pernambucano e cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, nomeado pelo general Luiz do Rego a 17 de maio de 1820, lente de retórica e poética do Recife, passou a lecionar essas matérias no liceu em 1826; foi deste estabelecimento nomeado secretário em 1839 e exerceu interinamente o cargo de diretor. Exerceu também o cargo de secretário do governo provisório de 1823. Foi um sacerdote respeitável, tanto por sua ilustração, como por suas qualidades e dotes pessoais. (BLAKE, 1883, p. 71-72).

As informações trazidas por Augusto V. A. S. Blake em sua publicação do final do século XIX são muito relevantes para termos conhecimento do perfil do redator de *O Maribondo*: um destacado religioso, professor de disciplinas como retórica e poética, além de ter exercido o cargo de direção em uma importante instituição de ensino, o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Além do mais, o Padre Falcão Padilha atuou em um cargo na política pernambucana, sendo secretário da Junta de Governo, o que mostra o caráter de outras atividades cotidianas desse religioso ilustrado.

Entretanto, Luiz do Nascimento, em sua clássica obra sobre a história da imprensa pernambucana, afirma que o Padre José Marinho Falcão Padilha e Manoel Paulo Quintela eram pessoas distintas e ampara sua hipótese em uma documentação que se trata de dois números do *Diário de Pernambuco*, publicados nos anos de 1829 e 1833, respectivamente (NASCIMENTO, 1969, p. 33-35). No primeiro caso, por exemplo, Manoel Quintela aparece como um oficial maior da Secretaria do Governo de Pernambuco. Porém, em nossas pesquisas não encontramos referência a Manoel Paulo Quintela em nenhum outro impresso produzido em Pernambuco, apenas no próprio *O Maribondo* e a participação apenas em um impresso não parece ter sido comum no período. Além dessa questão, o Padre José Marinho Falcão Padilha aparece como responsável de outros periódicos, inclusive um deles sendo o órgão oficial, o *Diário da Junta de Governo*, que entrou em circulação no dia 8 de fevereiro de 1823. Outro fato importante de ser



salientado é que, devido à intenção dos redatores de não revelarem suas identidades, além de não assinarem as folhas, o uso de pseudônimos era comumente praticado.

Dessa forma, mesmo com a afirmação feita por Nascimento (1969, p. 33-35), que vai em sentido contrário, parece mesmo que o Padre Manoel Paulo Quintela foi um pseudônimo utilizado pelo Padre José Marinho Falcão Padilha no período em que escreveu *O Maribondo*.

Ainda no que diz respeito ao Padre José Marinho Falcão Padilha, encontramos informações sobre sua atuação em espaços onde diversos ilustrados se reuniam para falar sobre literatura e outros assuntos. Na obra de Cordeiro (1866), no momento em que o autor aborda a atividade intelectual de Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro*, afirma que este personagem:

Exercitou-se na declamação sagrada e profana; por amor das letras reunia-se às tardes Consistório da Igreja de S. José com os moços mais estudiosos de seu tempo, a fim de trocarem as suas ideias, e argumentarem os seus cabedais intelectuais. Entre seus companheiros figuravam João Nepomuceno da Silva Portela, *José Marinho Falcão Padilha* [grifo nosso], José Bernardino de Sena, Pedro Borges de Farias e outros. (CORDEIRO, 1866, p. 74).

O trecho da obra de Cordeiro (1886) citado acima, serve para ilustrar a questão da existência de espaços onde homens ilustrados, nesse caso uma igreja, se reuniam para exporem seus ideais, trocando experiências sobre literatura e outros assuntos e Falcão Padilha estava inserido nesse meio. Esse grupo era liderado pelo redator do *Relator Verdadeiro*, o que não garantiu que Falcão Padilha seguisse os mesmos pressupostos políticos de Francisco Ferreira Barreto. Há mais uma referência ao redator de *O Maribondo* feita em outra obra escrita no século XIX, de autoria de Antonio Joaquim de Mello, que também coloca o Padre José Marinho Falcão Padilha em uma rede de letrados, que desta vez se reunia na casa do poeta Maximo Pereira Garros, este que segundo Mello (1856, p. 13) “era pardo, nascido na cidade do Recife, de ótimos costumes, e bem quisto. Viveu sempre de músico, tocando rabecão, e ensinando música e primeiras letras”. A respeito desses encontros literários, o autor ainda escreve:

Alguns moços talentosos tinham-lhe amizade, e frequentavam a sua casa, e eram desde número os falecidos vigário Francisco Ferreira Barreto, *Padre José Marinho Falcão Padilha* [grifo nosso], José Bernardino de Sena, o Tenente Coronel Pedro Borges de Faria, o Dr. José da Natividade Saldanha, e outros, os quais recitavam-lhe suas poesias-, e composições como a um juiz, esclarecido e, apaixonado (MELLO, 1856, p.13).

A propagação dos ideais políticos pode ser vinculada ao esforço que os ilustrados faziam para expor suas ideias por meio da palavra impressa. Mesmo com empecilhos à circulação das folhas, é notável o número de periódicos dirigidos por pessoas que compunham a rede de



produtores do material impresso. Nesse sentido, deve-se ressaltar, portanto, a profusão de grupos de leitores na província de Pernambuco, destacadamente em seus dois eixos urbanos, Recife e Olinda. Percebemos ainda a importância dos personagens aqui estudados como componentes de uma rede de conhecimento e de relações de proximidade, o que lhes garantiu condições para publicar seus impressos e expor suas opiniões acerca dos acontecimentos políticos que permearam seu tempo.

Na mesma vertente do impresso do Padre José Marinho Falcão Padilha, propagando a ruptura política frente a Portugal e defendendo a proclamação da Independência do Brasil, encabeçada pelo ministério dos Andradas, observamos a atividade de outra folha dirigida por um membro da Igreja Católica, trata-se do *Conciliador Nacional*, que era escrito por um padre, ilustrado e que havia exercido cargos na política. Referimo-nos ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que nasceu em Recife no dia 29 de setembro de 1791. Monge beneditino do mosteiro de Olinda, Lopes Gama se tornou professor de retórica até ser jubilado em 1839, quando, devido a questões familiares, também deixou de exercer atividades religiosas, após pedir sua secularização. O redator do *Conciliador Nacional* ainda exercera o cargo de diretor da Faculdade de Direito de Olinda<sup>4</sup>, além de ter sido professor de literatura, língua portuguesa e retórica no liceu do Recife e foi diretor do mesmo Liceu, tendo sido nomeado deputado à Assembleia de Pernambuco várias vezes. O Padre Lopes Gama ainda foi “filósofo e moralista, distinto orador sagrado, possuindo todos os dotes da tribuna, era cônego honorário e pregador da capela imperial, comendador da Ordem de Cristo e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” (BLAKE, 1883, p.288).

A partir dessas informações contidas na obra de Blake, mesmo fazendo ressalva a uma extrema admiração do biógrafo, percebemos que o religioso dirigente do *Conciliador Nacional* possuía grande experiência como orador sacro além de professor e político. Ainda é necessário destacar que Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama foi responsável por diversas obras publicadas, com destaque para o periódico *O Carapuceiro*, que circulou no Recife entre os anos de 1832 e 1847, tendo obtido grande recepção do público<sup>5</sup>, o que de certa forma atesta a popularidade de seu redator, que nomeou esse periódico baseado em seu próprio apelido, “Padre Carapuceiro”.

---

<sup>4</sup> A Faculdade de Direito de Olinda foi fundada em 11 de agosto de 1827. Simultaneamente, o curso foi criado na cidade de São Paulo. Atualmente, a Faculdade de Direito de Olinda integra a Universidade Federal de Pernambuco. Ver: BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2<sup>a</sup> ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.

<sup>5</sup> Sobre o periódico *O Carapuceiro*, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuceiro**. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



Conforme constatado até aqui, os redatores dos periódicos abordados possuíam muitas características em comum, o que nos permite falar da existência de certo perfil social. Eram pessoas com alto nível de erudição e que por meio de seus impressos buscavam propagar seus ideais e informar pessoas que pertenciam às mais diversas camadas sociais, vivendo no campo ou na cidade, sobre os acontecimentos de seu tempo e apresentando os debates que giravam em torno desses acontecimentos. Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator do *Conciliador Nacional*, deixou transparecer nesse periódico suas intenções políticas para o Império do Brasil, que estava rompendo seu vínculo com a antiga metrópole, Portugal.

É, pois o voto dos Pernambucanos e de todo o Brasil – independência – entendida daquele modo, e só desejam uma Constituição liberal feita por Deputados Brasileiros, e sancionada pelo Nosso amantíssimo Regente, e Perpétuo defensor que fará executar as leis, emanadas do nosso Congresso para felicidade deste vasto, e riquíssimo Império<sup>6</sup> (*O Conciliador Nacional*, n. 8, novembro de 1822).

Percebemos, dessa forma, a proximidade de Miguel do Sacramento Lopes Gama com a proposta de instauração de uma monarquia constitucional no Império do Brasil, onde o monarca exerceria o poder exclusivamente executivo, enquanto o congresso se encarregaria da legislação. Lopes Gama estava alinhado com o projeto elaborado no Rio Janeiro, o que também é perceptível no trecho citado acima.

De acordo com Morel (2005), a imprensa no início do século XIX estava interligada a uma série de outros mecanismos que transcendiam à palavra impressa e buscavam compreender e discutir os acontecimentos de então. Por exemplo:

Pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (por meio de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e escrita tão marcantes naquela época. (MOREL, 2005, p. 617).

Sobre essas formas de manifestações, Cabral (2005) ainda destaca o uso de modinhas, canções e frases escritas em muros como outras formas de atingir e informar o público sobre como as questões políticas estavam se desenrolando (CABRAL, 2006, p. 63-77). É bastante provável que essas manifestações dialogassem com a cultura impressa, pois os espaços públicos, principalmente os de maior fluxo, são os que passaram a apresentar maior fluidez de ideias e de informação. No que se refere aos periódicos que estudamos, sabemos da existência de diversos locais para sua aquisição sendo eles as próprias tipografias onde eram produzidos, além de lojas e boticas que se localizavam nas ruas mais movimentadas da cidade.

---

<sup>6</sup> Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.





No que diz respeito às correntes políticas às quais se ligavam os redatores e seus periódicos, salientamos, mais uma vez, que o pertencimento à mesma vertente não significava ausência de críticas entre os redatores. No número 9 do *Conciliador Nacional*, Frei Lopes Gama cede um grande espaço em seu periódico para que o Padre Venâncio Henriques de Rezende desse uma contra resposta a José Marinho Falcão Padilha, redator de *O Maribondo*, com quem Venâncio Henriques havia travado um debate sobre o conceito de *república*. No entanto, não se pode esquecer que os redatores solicitavam esses debates em seus periódicos como uma forma de estimular as vendas, o que de certa forma pode amenizar a ideia de conflito entre os redatores de *O Maribondo* e do *Conciliador Nacional*, inseridos no propósito de tornar o Brasil um Império Constitucional, independente de Portugal, ou de qualquer outra nação.

O segundo momento da imprensa pernambucana desenvolvida no século XIX, que conforme destacou Bernardes (2006) se inicia com a Independência do Brasil, em 1822, e se encerra no ano de 1831, com a abdicação de Dom Pedro I, presenciou o aumento considerável de números de periódicos. Dessa forma, o ano de 1823 viu o surgimento de dois impressos que pertenceram à vertente política responsável por realizar críticas diretas aos ministros, declarando seu inconformismo com as medidas despóticas<sup>7</sup> que estavam sendo tomadas. Os dirigentes desses periódicos atacam de maneira acentuada a censura e perseguição daqueles que questionassem a ordem vigente no Rio de Janeiro. Os impressos que percebemos nessa corrente são *Sentinela da Liberdade*, redigido por Cipriano Barata e *Escudo da Liberdade do Brasil*, o qual teve dois redatores: o primeiro foi o Padre Francisco Agostinho Gomes, substituído pelo Capitão João Mendes Viana.

Levando em consideração que a proposta do presente artigo é analisar apenas os responsáveis pelas publicações que eram vinculados à Igreja Católica, atentemo-nos ao caso do *Escudo da Liberdade do Brasil*, que possuiu dois redatores que atuaram em suas publicações, sendo o primeiro deles um religioso, o Padre Francisco Agostinho Gomes.

Nascido na cidade de Salvador em 4 de julho de 1769, filho de um rico comerciante do qual herdou uma considerável fortuna, seguindo os passos do pai, também foi comerciante e um ilustrado muito reconhecido em seu tempo (BLAKE, 1883.p.383). “Filho de pais virtuosos e opulentos, e aos quais não faltava também a nobreza da família, foi criado nos lugares de abundância [...]” (BIVAR, 1863, p. 29). Percebemos, assim, a prática de uma atividade cotidiana

---

<sup>7</sup> A medida tomada pelo governo central que mais causou inconformismo entre os redatores foi a dissolução da Assembleia Constituinte.



em sua vida: a profissão de comerciante, atividade essa que foi desempenhada durante muitos anos e que lhe garantiu uma tranquila vida material.

Agostinho Gomes estava entre os jovens que voltavam de Lisboa, Coimbra e até da Ilha da Madeira com formação erudita e vivência em acontecimentos que se deram na Europa e influenciaram todo o mundo ocidental, como a Revolução Francesa, por exemplo. Esses jovens formavam grupos de debates e leituras realizados a partir de obras de caráter iluminista, inclusive algumas proibidas (TAVARES, 2006, p. 127).

Dessa forma, os aspectos presentes no *Escudo da Liberdade do Brasil* condizem com a formação intelectual e atuação política do Padre Francisco Agostinho Gomes, defensor de um modelo político constitucional e de limitações ao poder emanado pela Coroa:

A liberdade pública ameaçada, a segurança e liberdade individual pública e escandalosamente atacadas, a monarquia constitucional que a Nação proclamou e quer em perigo, quando os que afetam serem seus maiores defensores, maquiam estender os limites da autoridade do Monarca além do que lhe prescreve a mesma Ordem Constitucional adotada (*Escudo da Liberdade do Brasil*, n.1, julho 1823).

No período em que esteve no Recife, o Padre Agostinho Gomes se aproximou do grupo que foi contra a dissolução da Assembleia Constituinte e proclamou a Confederação do Equador, do qual pertenciam outros redatores estudados em nosso trabalho. Vale frisarmos que, apesar de viverem em ambientes cultos, muitas vezes esses ilustrados agiram de forma mais prática. Por exemplo, a participação de Agostinho Gomes na Confederação do Equador foi por meio do envio de farinha de mandioca para o Recife, pois a cidade estava bloqueada pelo governo central, que impedia a passagem de alimentos aos seus habitantes (TAVARES, 2006, p. 126).

Todavia, a participação na Confederação do Equador não foi sua única atuação em movimentos políticos contestatórios à ordem vigente, muito pelo contrário. Agostinho Gomes foi denunciado diversas vezes por cartas enviadas para a rainha de Portugal, Dona Maria I, dizendo que ele era simpatizante da Revolução Francesa e havia participado de um “jantar de carne na Sexta-feira Santa”. Também esteve envolvido na Sedição de 1798, ocorrida na Bahia. Nesse caso, houve a propagação de panfletos, chamados de “papéis incendiários”<sup>8</sup>, com formulações políticas e sociais audaciosas. Ele foi inclusive apontado como um de seus redatores, porém foi absolvido (TAVARES, 2006, p. 128). Sua atuação em acontecimentos políticos dessa natureza continuou quando ocorreu a instauração da República de Pernambuco, no ano de 1817.

---

<sup>8</sup> Sobre os panfletos que propagaram ideais contrários à ordem vigente na Bahia, ver: MATTOSO, Kátia. **Bahia 1798: os panfletos revolucionários.** Proposta de nova leitura. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina.* São Paulo: EDUSP, 1990, p. 341-356.



Agostinho Gomes foi apontado como um dos conspiradores que deveria garantir a adesão da Bahia ao movimento.

Percebemos, dessa forma, que o primeiro redator do *Escudo da Liberdade do Brasil* possuía vasta experiência no campo político, pois além de ter sido deputado nas Cortes de Lisboa e de ter recusado, assim como o fizera seu amigo Cipriano Barata, o cargo de deputado na Assembleia Legislativa do Brasil no ano de 1826, participou de movimentos contestatórios muito importantes para a formação do cenário político.

No entanto, a formação intelectual do Padre Francisco Agostinho Gomes merece destaque. Após a morte de seu pai, Agostinho pediu afastamento de suas atribuições religiosas para se dedicar aos estudos das ciências naturais, economia, política e literatura, campos “nos quais se tornou notável” (BLAKE, 1883, p.383). Mais impressionante na trajetória do fundador do *Escudo da Liberdade do Brasil* era o número de volumes com que contava sua biblioteca, que tinha 356 livros, quantidade surpreendente para o período, sendo que Cipriano Barata, um dos mais destacados ilustrados do período, possuía 30 livros quando da devassa instaurada nos acontecimentos de 1798 na Bahia (NEVES, 2005), um número bem menor do que o de Agostinho Gomes. Este, inclusive, contribuiu para a fundação da Biblioteca Pública da Bahia no ano de 1811, sendo um de seus principais doadores, além de exercer a função de secretário dessa mesma biblioteca (MORAES, 2006, p. 152- 170).

No que diz respeito ao exato momento em que houve a troca de redatores do *Escudo da Liberdade do Brasil*, existem informações contraditórias: Nascimento (1969, p. 51) afirma que o Padre Francisco Agostinho Gomes foi “logo substituído” na redação do periódico, após sua fundação enquanto que Alfredo de Carvalho nos informa que Agostinho Gomes ainda era redator na terceira publicação, sendo substituído pouco depois da tarefa de redigir o periódico. Carvalho (1908, p. 81) ainda levanta uma questão que nos é bastante preciosa ao destacar que, de seu ponto de vista, o novo redator, que possuía como referência o trabalho de Cipriano Barata, teria dado mais espaço para o debate acerca da questão constitucional no impresso e ganho em veemência declamatória; porém, o primeiro dirigente teria um estilo mais aprimorado e maior moderação na linguagem.

Entretanto, encontramos na obra de Luis Henrique Dias Tavares a informação de que o Padre Francisco Agostinho Gomes teria sido responsável apenas pela publicação do primeiro número do *Escudo da Liberdade do Brasil*, sendo os demais, todos de responsabilidade única do Capitão João Mendes Viana, que estenderia sua publicação até o número 16, em novembro de



1823, quando foi preso, enviado para a Fortaleza do Brum e, posteriormente, para o Rio de Janeiro (TAVARES, 2006, p. 136). Após nossas leituras dos números do *Escudo da Liberdade do Brazil*, não é fácil definir onde realmente há uma substituição entre os redatores, tendo em vista que ambos faziam parte do mesmo grupo de conhecidos e pertenciam a uma das vertentes políticas caracterizada por críticas aos ministros, pela defesa da elaboração de uma Constituição para o Brasil e demais temas, como o combate à pobreza e à defesa da liberdade de imprensa. Em uma crítica ao despotismo, Francisco Agostinho Gomes escreveu:

Todas as vezes que o Governo querendo reger os povos ao seu arbítrio, e não segundo as regras da justiça, e de razão, temendo-se que a censura pública analise a injustiça dos seus atos e medidas, coarcta a liberdade da imprensa, e espalha de tal maneira o terror que ninguém ousa escrever senão na conformidade das máximas doutrinas que o Governo apadrinha, e quer que se sigam (*Escudo da Liberdade do Brazil*, n.1, julho 1823).

Na breve passagem reproduzida acima, são notáveis as referências feitas pelo padre redator à liberdade de imprensa e à censura. Devemos ter em mente que esses redatores agiam sob condições muitas vezes desfavoráveis e a propagação de seus impressos exigia além de esforço, coragem.

Ainda no tocante à troca de redatores ocorrida no *Escudo da Liberdade do Brazil*, talvez Alfredo de Carvalho tenha identificado a maior presença do debate acerca da constituição, no período em que Mendes Viana esteve à frente do periódico, devido às diversas publicações de trechos do projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, o que ocorre a partir do décimo primeiro número.

Ligados por vínculos pessoais e trajetórias de lutas aos redatores dos periódicos pertencentes à corrente representada pelos periódicos *Sentinela da Liberdade* e *Escudo da Liberdade do Brazil*, estão aqueles que representam uma postura mais radical frente às províncias do sul do Império, mais precisamente ao Rio de Janeiro. Esses impressos proferiram ataques mais contundentes a Dom Pedro I e à monarquia, da maneira como havia sido posta no Brasil, principalmente após a dissolução da Assembleia Constituinte no ano de 1823 e imposição do novo projeto constitucional, que havia sido elaborado pelo monarca e por seus ministros, sem a participação de deputados eleitos. Os periódicos que representam essas características são *O Typhis Pernambucano*, dirigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e *O Liberal*, redigido pelo Padre João Batista da Fonseca, ou seja, ambos sob a responsabilidade de membros da Igreja Católica.



Frei Caneca, como era conhecido o redator do *Typhis Pernambucano*, nasceu no Recife em 1779 e recebeu o nome Joaquim da Silva Rabelo. Entrou para o convento carmelita aos 22 anos e adotou o nome religioso ao se tornar padre, também acrescentando o último nome, “Caneca” em homenagem à profissão do pai, tanoeiro (MOREL, 1987, p, 12-13). No entanto, conforme ocorrera com outros companheiros redatores, Caneca se sentiu atraído pelo estudo de outras disciplinas além do ensinamento religioso e se dedicou ao conhecimento da filosofia, retórica, mecânica e cálculo. Também em semelhança com outros dirigentes de periódicos publicados nesse momento da imprensa pernambucana, o redator do *Typhis Pernambucano* participou de grupos sediciosos, ou “academias”, como a Academia Suassuna, reunida no engenho do conspirador Francisco de Paula Cavalcanti<sup>9</sup> e a Academia Paraíso, que tinha como líder outro antigo confabulador, Francisco Paes Barreto. Segundo Morel (1987, p. 8-13) Frei Caneca representou o início das relações e projetos existentes entre a Igreja e setores desfavorecidos da sociedade do Brasil, além de protagonizar uma relação de conflito, e ao mesmo tempo da fusão existente entre o espírito religioso e os ideais iluministas, cumprindo um papel de cristão e, ao mesmo tempo, revolucionário.

Nesses círculos de ilustrados, frequentados por pessoas que muitas vezes assumiam um papel pedagógico perante a sociedade, circulavam periódicos que traziam notícias da Europa e de outras regiões da América. Nesse momento, as opiniões acerca dos acontecimentos políticos que eram reservadas ao espaço privado, passam a circular também pelo espaço público. Dessa forma, no processo de formação da opinião pública, os redatores de nossos periódicos estão inseridos na missão de formadores de opinião, visando atingir também o público iletrado e desprovido. Frei Caneca é um produto desse processo político e cultural pelo qual passava a América Ibérica, e percebemos em seu periódico as influências que os debates e amizades com intelectuais sediciosos exerceram sobre o frade carmelita.

Conforme ocorrera com outros companheiros de Caneca já mencionados, o redator do *Typhis Pernambucano* também participou do movimento insurrecional de 1817, permanecendo nos cárceres até o ano de 1821, quando o contexto político e a reunião das Cortes em Lisboa fez possível a soltura dos presos políticos. No entanto, o movimento que Frei Caneca participou como um dos principais articuladores foi a Confederação do Equador, que contou com a

---

<sup>9</sup> Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque participou da Conspiração Suassuna, movimento político ocorrido em Pernambuco no ano de 1801 e da Confederação do Equador. Sobre Francisco de Paula, ver: BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Volume 5. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 73. Ver também: MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1853, p. 14-15.



participação de diversas províncias do Norte do Império e previa a formação de um corpo político confederado, autônomo do poder estabelecido no Rio de Janeiro<sup>10</sup>. No *Typhis Pernambucano* vemos nitidamente a propagação da Confederação, uma vez que o Imperador havia imposto um novo projeto constitucional, além do Poder Moderador.

Consta-nos, por notícias fidedignas, que a província do Rio Grande [do Norte], depois daquelas declarações parciais de suas câmaras, se tem entendido com a do Ceará, dando as mãos para se enlaçar, com ela, na causa da comum liberdade e sistema da confederação; e que o mesmo declara o governo do Piauí ao do Ceará (*Typhis Pernambucano*, n.28, agosto de 1824)<sup>11</sup>.

Observando o impresso de Caneca contribuindo para os acontecimentos de seu tempo e contando com o distanciamento necessário para a análise crítica da fonte, é flagrante a fusão de ingredientes que formam seu caráter militante, pois além do *Typhis*, contou com diversas obras e poemas muito lidos e aclamados no período<sup>12</sup>. Esses ingredientes são: sua formação ilustrada e, de certa forma rebelde, com leituras de autores iluministas; a participação em grupos onde essas leituras eram debatidas e propagadas; o contexto político local do qual Caneca fazia parte, com a nomeação do morgado do Cabo para o governo da província de Pernambuco, o que desagradava grande parte dos redatores dos impressos. Por fim, acrescenta-se o contexto político que abarcava todo o Império do Brasil. Vale reproduzir uma análise feita por Alfredo de Carvalho sobre os acontecimentos políticos vividos por Frei Caneca, que formaram um terreno fértil para a publicação de seus impressos ilustradamente refinados e, ao mesmo tempo, populares e incendiários:

A recusa dos eleitores, congregados em 8 de janeiro de 1821 de enviarem outros deputados a nova assembleia geral; as deliberações dos grandes conselhos de 21 de fevereiro e 27 de abril. persistindo em sustentar no poder o presidente eleito e não aceitar o nomeado pelo imperador; e finalmente o regresso dos delegados enviados à Corte [...]. (CARVALHO, 1969, p. 84).

É claro que esse contexto não foi vivido apenas por Frei Caneca e não permeou somente as páginas de seu impresso, mas é importante destacarmos sua postura frente a esses acontecimentos. Participante de batalhas militares em prol de seus ideais, incorporou a tropa que combatia o morgado do Cabo, o que o levou a suspender a publicação de seu periódico e mostra

---

<sup>10</sup> Em 1824, eclodiu na região a Confederação do Equador, movimento político encabeçado pela província de Pernambuco, que previa a formação de uma confederação independente do governo instaurado no Rio de Janeiro, contando com a participação da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ao final, o movimento foi brutalmente reprimido e seu maior líder, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, foi condenado à morte. Sobre a Confederação do Equador, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**. Recife: Fundaj, 1989.

<sup>11</sup> Edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do Equador. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, p. 241-148.

<sup>12</sup> Sobre a obra literária de Frei Caneca, veja: MELO, Antonio Joaquim de. (org.). **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Tipografia Mercantil, 1875. Ou fac-símile, Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.



que sua militância não estava apenas restrita ao universo escrito, pois foi para o campo de batalha, sendo que jamais retornaria a escrever o *Typhis Pernambucano*. Caneca foi condenado à morte e executado em Recife, no dia 13 de janeiro de 1825. Percebemos, dessa forma, a militância praticada por Frei Caneca em sua vida estampada nas páginas de seu impresso, que se confunde com sua própria existência.

Quando da morte de Frei Caneca, seu companheiro de luta e de cárcere, o Padre João Batista da Fonseca, que era o responsável pela redação de *O Liberal*, dedicou-lhe um poema, do qual extraímos um trecho:

*Morreu! Tinha seus dias consagrados  
Em prol da pátria da humanidade  
Satélite fiel da liberdade,  
Caro Apolo das musas embalado  
Marcado era no globo e espaço dado  
Sábias lições ditava à mocidade;  
Ora destro piloto em tempestade  
Guiava afoito ao porto do Estado.* (SILVA, 2002, p. 33).

O Padre João Batista da Fonseca também era um antigo revolucionário de 1817 que esteve preso até o perdão real de 1821. Da mesma maneira que Frei Caneca fizera no *Typhis Pernambucano*, deixava transparecer em seu periódico, *O Liberal*, seu posicionamento político realizando críticas diretas à monarquia e às medidas que estavam sendo tomadas pelo poder emanado do Rio de Janeiro, conforme vemos nesse questionamento à nomeação de Francisco Vicente Viana para a presidência da província da Bahia:

E sendo tudo isso demonstrado, podia S.M.I. e C. eleger o senhor Viana para presidente da Bahia, sem que fosse enganado para isto pelos chumbeiros? O senhor Viana não só é incapaz de ser Presidente, como é réu se lesa-Nação, assim como quase todos os Portugueses, e alguns Brasileiros, que bem conhecemos, residentes na Bahia com os Lusitanos (*O Liberal*, n.19, fevereiro de 1824).

Nascido no ano de 1787, na cidade do Recife, João Batista da Fonseca foi estudar em Coimbra, como era comum para muitos jovens intelectuais de seu tempo. No entanto, assim como redatores de outros periódicos que estudamos, teve seus estudos interrompidos devido à ocupação francesa da Península Ibérica em 1808, incorporando o Corpo de Artilharia Acadêmica durante treze meses (SILVA, 2002, p. 6). Quando retornou ao Brasil, João Batista da Fonseca deu continuidade ao seu trabalho de presbítero em Salvador e, posteriormente no Recife. No entanto, as academias já existiam no Norte e os ares estavam repletos de ideias que debatiam a situação



política como estava colocada entre Brasil e Portugal e João Batista da Fonseca, participante desse universo, publicou *O Liberal* em Salvador, entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Porém, devido a ordens do presidente da província, o periódico foi fechado e seu redator enviado para Pernambuco, o que é narrado no primeiro número do impresso (*O Liberal*, n.19, fevereiro de 1824).

Conforme percebemos na leitura de *O Liberal*, a transferência do o redator do periódico para Pernambuco ocorreu quando o Padre Venâncio Henriques Rezende havia ido levar um projeto para o restabelecimento do sistema constitucional aos ilustrados da Bahia, no caso, o seu contato na província era o Padre João Batista da Fonseca. Ambos foram presos e enviados para Recife apenas com as roupas do corpo e sem quaisquer mantimentos (*O Liberal*, n.19, fevereiro de 1824).

Após esse episódio, o periódico contou com quatro publicações no Recife. O Padre Venâncio Henriques Rezende fazia parte do grupo ao qual pertencia João Batista da Fonseca, tendo como alguns aliados Frei Caneca e Cipriano Barata, este último inclusive confiando a redação dos números 67 ao 71 do *Sentinela da Liberdade* ao redator de *O Liberal*, enquanto se ocupava com a Confederação do Equador (NASCIMENTO, 1969, p. 51).

Além da produção de seus periódicos, percebemos a participação dos dirigentes e redatores dos impressos vinculados à Igreja também nos periódicos oficiais – aqui considerados como aqueles que foram publicados pela Junta de Governo após sua nomeação ter sido determinada pelas Cortes de Lisboa – que foram espaços oportunos para a atuação.

Quando os redatores escreviam textos para serem publicados nos órgãos oficiais, não tinham a mesma liberdade para expor seus ideais, se comparado à redação de suas próprias folhas. Existe um caso sintomático dessa questão na folha intitulada *Diário da Junta do Governo*. Nesse caso, a sucessão de redatores deixou transparecer os motivos da troca, quando o Padre José Marinho Falcão Padilha foi substituído pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, sob acusações do substituto de que Falcão Padilha teria exposto demais suas opiniões pessoais no impresso. Essa substituição ocorreu já no sexto número do periódico, sendo que no primeiro, o texto de abertura possui mais características de um periódico independente do que um órgão oficial, e isso pode ser percebido nas opiniões pessoais do redator sobre as questões políticas, o que pode não ter agradado os membros da Junta. Lopes Gama, no sexto número, escreveu:





Encarregado pela Excelentíssima Junta de redigir este Diário, em que devem aparecer principalmente os seus trabalhos, é de nosso dever anunciarmos ao público a razão que teve a mesma Excelentíssima Junta para despedir o seu primeiro escritor, o qual, suposto seja dotado de estimáveis qualidades e de reconhecida adesão à causa do Brasil, todavia levado talvez de um mau entendido zelo, e por ventura desconhecendo os limites de sua tarefa, ultrapassou-os, de modo que reduziu o Diário a veículo das suas opiniões particulares [...] (*Diário da Junta de Governo*, n.6, março de 1824).

No entanto, nem todas as sucessões de redatores dos periódicos oficiais da Junta de Governo ocorreram devido à veiculação de opiniões particulares, mesmo que essas existissem. No caso da *Gazeta Pernambucana*, durante sua trajetória, três redatores estiveram à frente das publicações: Padre Venâncio Henriques Rezende<sup>13</sup>, Cipriano Barata e Manoel do Rego Clemente Cavalcante. A primeira troca de direção do impresso ocorreu em seu número 15, quando o Padre Venâncio teve que viajar ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de deputado na Assembleia Constituinte do Brasil. Cipriano Barata, ao assumir a redação do periódico, escreveu:

Abre-se uma nova carreira à nossa pena e às nossas ideias. Tendo o redator da *Gazeta Pernambucana* embaraços para continuar a publicar esta folha, veio por um acaso ter a mim o trabalho, o que de boa vontade tomo para suprir muitas coisas que não podem abranger as Sentinelas; o publico pode olhar para ela como uma continuação daqueles brados de alerta que dou nas quartas e sábados. Meu desejo é beneficiar a pátria, espalhar livres doutrinas e iluminar a todos. Não é, portanto, necessário fazer preâmbulos, porque esta é a [*Gazeta Pernambucana*] do costume, só com a diferença de ser o estilo um pouco mais livre [...]. (NASCIMENTO, 1969, p. 38).

Essa passagem da *Gazeta Pernambucana* é importante para destacarmos alguns pontos interessantes. Primeiro, deve-se ter em mente que a escolha de Cipriano Barata para substituir Venâncio Henriques Rezende na redação não foi por acaso, pois ambos pertenciam ao mesmo grupo de pessoas que tiveram participação dos movimentos de 1817 e 1824 e, ao que parece, eram bastante próximos. Outra questão a ser levantada é que Cipriano Barata assume que vai inserir opiniões pessoais no impresso da Junta de Governo e, mais intrigante ainda, a *Gazeta Pernambucana* seria o complemento do periódico dirigido de forma independente por Barata, o *Sentinelas da Liberdade*.

O considerável número de religiosos responsáveis por periódicos é uma questão intrigante, pois mostra que naquele momento muitos membros da Igreja Católica agiram de maneira revolucionária, assim como merece destaque a grande participação de clérigos nos

---

<sup>13</sup> Mesmo não sendo dirigente de nenhum dos periódicos que temos estudado a fundo para a realização de nosso trabalho, o Padre Venâncio Henriques Rezende é um personagem bastante presente. Vinculado principalmente aos redatores Cipriano Barata, Frei Caneca e João Batista da Fonseca, o Padre Venâncio Henriques Rezende também era um religioso revolucionário de 1817, que cumpriu pena de prisão até 1821. Dessa forma, se adequa ao perfil da maioria dos dirigentes dos periódicos que estudamos. Ver: MARTINS. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**, p. 544-545.



movimentos revolucionários de 1817 e de 1824 em Pernambuco. A formação ilustrada das pessoas vinculadas à Igreja estava aumentando e o acesso à leitura de diversos autores, que passavam a fazer parte de suas bibliotecas, possibilitou a esses religiosos o contato com os acontecimentos e pensamentos iluministas que se propagavam pela Europa e pelo restante da América. A propagação de seus ideais possuía uma proposta didática e com o intuito de alcançar os mais diversos grupos sociais e os padres e freis envolvidos nesses acontecimentos mostram a força transformadora da palavra impressa na formação da opinião pública e popularização do debate político.

### Referências bibliográficas

- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo; Recife: Hucitec/Fapesp; Editora da UFPE, 2006.
- BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** 2<sup>a</sup> ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BIVAR, Diogo Soares da Silva de. **Elogio histórico de Francisco Agostinho Gomes.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 4. Tipografia de João Inácio da Silva, 1863.
- BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 5, 1883.
- CABRAL, Flavio José Gomes. Vozes públicas: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português (1820-1821), **SAECULUM**, João Pessoa, n. 13, jul/dez 2005.
- CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908.** Tipografia do Jornal do Recife: Recife, 1908.
- CORDEIRO, Antonio da Cruz. **Estudo biográfico: o vigário Joaquim Antonio Marques e algumas de suas peças oratórias.** Paraíba: Tipografia Liberal Paraibana, 1866.
- DUMAS, Alexandre. **Napoleão: uma biografia literária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas.** Madri: MAPFRE, 2010.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).** Formação: histórias, 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Senac, 2000.
- LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador.** Recife: Fundaj, 1989.
- LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real.** Alagoas: EDUFAL, 2005.



- MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1853.
- MATTOSO, Kátia. Bahia 1798: os panfletos revolucionários. Proposta de nova leitura. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1990.
- MELLO, Antonio Joaquim de. **Biografia de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco**. Recife: Tipografia Universal, 1856.
- MELO, Antonio Joaquim de. (org.). **Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Tipografia Mercantil, 1875. Ou fac-símile, Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuceiro**. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Bruyquet de Lemos, 2006.
- MOREL, Marco. **Frei Caneca. Cristianismo e revolução**. Coleção Encanto Radical. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- NEVES, L. M. B. P. Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller: dois intelectuais luso-brasileiros. In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CHAM, 2005. Disponível em: <[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/lucia\\_maria\\_bastos\\_neves.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/lucia_maria_bastos_neves.pdf)> Acesso em: 17 maio 2014.
- SILVA, A. M. da. **Padre João Batista da Fonseca (1787-1831). Revolucionário de 1817**. Brasília: Thesaurus, 2002.
- SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck., **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 2ª ed. 1977.
- TAVARES, Luís Henriques Dias. **Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia**. Bahia; São Paulo: EDUFBA; Editora UNESP, 2003.